



DOCUMENTOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS – REFLEXÕES SOBRE UM ESTUDO AMBIENTAL

DOCUMENTS AND PRODUCTION OF MEANINGS - REFLECTIONS ON AN
ENVIRONMENTAL STUDY

DOCUMENTOS Y PRODUCCIÓN DE SIGNIFICADOS - REFLEXIONES SOBRE UN
ESTUDIO AMBIENTAL

Paula Stolerma Araujo

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3246-0373>

Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Brasil

DOI: 10.22481/poligs.v3i2.11142

Resumo: Pretendo neste artigo discutir a produção de uma peça documental específica com a qual me deparei no decorrer de minha pesquisa: “Estudo Ambiental sobre o espaço territorial e componentes da Reserva Extrativista – RESEX Jaci-Paraná”, encomendado pela Associação de criadores de gado que atua dentro da reserva. Acionando conceitos como “agroestratégias” e “Justificações”, sugiro que sua elaboração imprime a tentativa de impor uma certa moralidade nas atividades econômicas praticadas ilegalmente.

Palavras-chave: Resex; conflitos ambientais; estudos ambientais; agroestratégias.

Abstract: In this article, I intend to discuss the production of a specific documentary piece that I came across in the course of my research: "Environmental Study on the territorial space and components of the Extractive Reserve - RESEX Jaci-Paraná", commissioned by the Association of cattle raisers that works within the reserve. Using concepts such as “agro-strategies” and “Justifications”, I suggest that their elaboration implies an attempt to impose a certain morality on economic activities carried out illegally.

Keywords: Resex; environmental conflicts; environmental studies; agro-strategies.

Resumen: En este artículo, pretendo discutir la producción de una pieza documental específica que encontré en el curso de mi investigación: "Estudio Ambiental sobre el espacio territorial y los componentes de la Reserva Extractiva - RESEX Jaci-Paraná", encargado por la Asociación de ganaderos que laboran dentro de la reserva. Utilizando conceptos como “agroestrategias” y “Justificaciones”, sugiero que su elaboración implica un intento de imponer cierta moralidad a las actividades económicas realizadas ilegalmente.

Palabras clave: Resex; conflictos ambientales; Estudios ambientales; agroestrategias.

Introdução e contextualização da situação da Resex Jaci-Paraná

Pretendo neste artigo discutir a produção de uma peça documental específica com a qual me deparei no decorrer de minha pesquisa: um “Estudo Ambiental sobre o espaço territorial e componentes da Reserva Extrativista – RESEX Jaci-Paraná”, encomendado pela associação de produtores rurais que ocupa extensas áreas da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, já quase integralmente convertida em pasto de gado bovino.

O referido “estudo ambiental” foi mobilizado por pecuaristas que ocupam a área de forma ilegal, buscando a desafetação¹ da Reserva para consolidar, via judicialização, a ocupação da Unidade de Conservação. Esse estudo se assemelha aos EIA-RIMA usualmente atrelados aos processos de licenciamento ambiental. Esse modelo de análise fundamenta ações que intervêm em territórios e vem sendo denunciado como instrumental para a retirada de direitos de diversos grupos sociais.

Como modulação para o debate procuro acionar o conceito de “agroestratégias” (ALMEIDA, 2008). Segundo Almeida (2008), as agroestratégias são um conjunto de práticas materiais e simbólicas que produzem e estruturam organizações jurídico-formais de ações empreendedoras, legitimando e invocando os entendimentos sobre extensas áreas de terra, visadas para apropriação da exploração em contexto capitalista. Assim, possibilitam a alteração de normativas que impedem o livre acesso aos territórios os quais estariam sendo “desperdiçados”, dado não estarem sendo utilizados para a produção de commodities (áreas destinadas a reservas florestais, por exemplo).

O assunto abordado no presente texto é de extrema relevância, na medida em que o posicionamento dos diferentes atores sociais envolvidos na ocupação da Resex indica o esforço de reduzir e eliminar barreiras legais que impedem a total apropriação indevida de terras públicas na Amazônia. O movimento das agroestratégias demonstra seguir as previsões do movimento dos extrativistas na década de 80, que

¹ Trata-se da manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual um bem é subtraído do domínio público para ser incorporado ao domínio privado do Estado ou do particular. (<https://direitoadm.com.br/162-desafetacao/>)

via a expansão da destruição da floresta como alerta para a “rondonização” (MALHEIRO et al., 2021, p. 235) da Amazônia.

O Contexto

De início, faz-se necessária alguma contextualização a respeito dos conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004) relacionados a produção da documentação acima elencada, envolvendo a Reserva Extrativista Jaci-Paraná. A problemática da desafetação da Resex Jaci-Paraná, em Rondônia é, em certa medida, herdeira dos conflitos por terra e da incapacidade dos governos de atuarem de forma incisiva e potente para uma efetiva reforma agrária assim como pela atuação das agroestratégias no território de Rondônia. As agroestratégias são fundamentais para a orientação de políticas para a exploração dos territórios, a fim de incorporar áreas cultiváveis e no caso da resex, a incorporação da área visa expansão dos rebanhos. Mais à frente no texto voltarei à questão das agroestratégias.

As áreas destinadas à formação de Reservas Extrativistas, foram criadas por meio do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que as definiu como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”. As comunidades que vivem nas Reservas extrativistas até a data presente ainda enfrentam dificuldades semelhantes às enfrentadas pelos que iniciaram as lutas por sua criação pois a ação do Estado não foi eficaz em oferecer políticas públicas capazes de solucionar as dificuldades encontradas para a sobrevivência na floresta, suportando as pressões externas como o mercado ilegal de madeira, Invasão violenta de terras e produção de gado e grãos, especialmente soja.

A reserva de Jaci-Paraná foi criada por meio do Decreto 7.335 de 19/01/1996. Esse evento é produto de disputas e reivindicações dos extrativistas locais, organizados principalmente em torno da Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), que juntamente com o movimento socioambiental, representados pelo GTA

(Grupo de Trabalho Amazônico²), propôs a criação de 40 Unidades de Conservação entre estas se inserem a Resex do Jaci Paraná.

Além das lutas sociais que resultaram na conquista da criação da reserva, havia o interesse político dos setores envolvidos na administração do estado de Rondônia, que precisavam garantir a continuidade de transferências de recursos advindos por meio do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO³). Se os problemas apresentados nos relatórios do PLANAFLORO não fossem sanados, havia chances que os valores não chegassem para cumprir as promessas de campanha política dos governadores. Uma das exigências para a continuidade da entrega das parcelas do empréstimo estava relacionada à criação de Unidades de Conservação.

A demarcação da área da Resex, por meio de decreto, por si só não garante a manutenção do espaço e sua correta destinação ao uso dos extrativistas. As famílias de extrativistas já denunciavam as invasões de terras da reserva no ano 2000, seguindo a lógica de rondonização (MALHEIRO et. al. 2021): estímulo à invasores, roubo de madeira, derrubadas, queimadas criminosas, transformação de áreas de floresta em pasto. Estas denúncias sobre invasões iniciais foram protocoladas no Ministério Público, conforme nos contou uma das lideranças históricas do Movimento de Seringueiros de Rondônia, o senhor Zé Maria. No entanto, não havia mecanismos de barrar eficazmente esse avanço na medida em que a atitude leniente do estado e suas instituições de controle para com os invasores ou grileiros, beneficiava esse grupo, muitas vezes colocada para a sociedade local como verdadeiros bastiões do desenvolvimento.

A vida dentro da reserva é permeada de dificuldades desde a ausência de atendimento à saúde até a falta de projeto escolar para atender aos filhos dos extrativistas. Muitas famílias deixaram as colocações para que os filhos pudessem frequentar a escola e outros tantos tiveram que conviver com sua família separada

² O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) é composto por organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, povos indígenas, comunidades que vivem nos estados da Amazônia assim como organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente.

³ PLANAFLORO foi um projeto desenvolvido com recursos do BID, na década de 1990, que visava fazer o “ZEE- Zoneamento Econômico Ecológica do estado de Rondônia”. Teve uma série de problemas e não alcançou seu objetivo na prática. Tinha como objetivos principais refrear a degradação ambiental e a apuração dos modelos de exploração agrícolas não condizentes com a realidade amazônica no estado de Rondônia.

por este motivo. Além disso a retirada do látex e castanha nas reservas não foi mais economicamente viável e muito se tentou implantar um sistema de manejo florestal gerido pelos extrativistas como forma de sustento, mas isto gerou uma série de dúvidas e desconfiâncias entre eles.

As usinas hidrelétricas do Madeira também impuseram ao espaço da reserva ameaças e inauguraram uma “nova frente” de invasão por assim dizer. Como o reservatório da UHE de Santo Antônio impôs uma reorganização das Unidades de Conservação, da esfera estadual e federal, essa reorganização territorial, que foi feita de forma arbitrária, gerou um deslocamento da orientação esperada para as invasões e roubo de madeira.

Estive com técnicos da secretaria de desenvolvimento ambiental do estado de Rondônia – Sedam, que por motivo de segurança preferem não se identificar, que comentara sobre essa percepção de mudança de orientação do deslocamento do desmatamento, uma espécie de curva na direção da devastação que já era esperada relacionado ao já reconhecido “arco do desmatamento”. Há imagens de progressão do desmatamento que corroboram esse entendimento assim como sua gravidade já vem sendo alertado por organizações de relevo como ISA-Instituto Socio Ambiental⁴. Esse é um problema relevante no entanto, não caberia na discussão central que trago nesse artigo.

Fica evidenciado que dificuldades múltiplas atravessam a vida dos extrativistas, porém a leniência do Estado indica que principalmente a partir do governo de Ivo Cassol (Progressistas), eleito em dois mandatos, que duraram de 2003 a 2010, os esforços ocorreram para reduzir ou impossibilitar as ações de penalização de criminosos ambientais como grileiros, ladrões de madeira, serrarias ilegais, e outros. Uma das formas que o governo consegue atuar desta maneira é a contratação de servidores comissionados, vasta maioria na Sedam. Estes agentes não possuem estabilidade e muitas vezes não dispõem de conhecimento técnico relevante, apenas ocupam as vagas de trabalho por motivo de indicação política. Com isso, as ações de fiscalização ficam mais submetidas aos anseios de grupos de interesse que apoiam o

⁴ <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-arco-do-desmatamento-fronteira-de-destruicao-avanca-em-2019-na-amazonia>

governo do momento e não se consegue efetivar as políticas públicas de interesse do estado.

Dessa forma, de maneira muito rápida, as áreas da reserva foram intrusadas, e os seringueiros passaram a sofrer ameaças físicas, dos que declaravam serem suas as terras dentro da reserva. Os seringueiros mais antigos, com quem tive oportunidade de conversar, me informam que “todo mundo sabe que essa área era seringal” contudo, o pouco apoio do estado não garantiu a permanência destas pessoas na reserva e atualmente poucos extrativistas convivem com o medo e com o gado onde deveria ser as áreas de aproveitamento da floresta em pé. Poucos permanecem mantendo suas residências na reserva, em áreas em que ainda há um pouco de dificuldade de acessar e na beira do rio Jaci-Paraná.

Antes mesmo de a área da Resex Jaci-Paraná ser estabelecida no decreto inicial, a área já era cobiçada para fins de “expansão agrícola”, uma forma eufemística de encarar os processos de invasão das terras públicas. Porém, a partir do governo Bolsonaro, o afã pelo desmonte de qualquer tipo de regulação ou regulamentação ambiental fortaleceu as práticas criminosas a ponto de o governador do estado de Rondônia, coronel Marcos Rocha, submeter enquanto poder executivo, o Projeto de Lei Complementar nº 77 de 2020, que alterava significativamente as áreas da reserva Jaci-Paraná e outras áreas unidades de conservação.

Como justificativa, o texto da proposição apresenta a alteração da extensão da reserva como necessidade para a “solução dos conflitos socioambientais” na área, causados por permanência de alguns extrativistas e extensivas criações de gado, disputando assim o mesmo espaço. A disposição do executivo em sumariamente incorrer a alteração legal para garantir a permanência de invasores na área reservada para a comunidade extrativista nos informa sobre a normalização do estado de exceção (AGAMBEN, 2004), subliminarmente invocado para a pacificação de um conflito que também é responsabilidade do Estado, agindo em detrimento das garantias legais referentes à preservação ambiental.

A proposta do governador de alteração/desafetação da Resex do Jaci não foi a única. Deputados estaduais lançaram também seus projetos para alterar a lei e assim atender a seus grupos de apoiadores, compostos por “empresários locais”, criadores de gado que colocaram o montante 120 mil cabeças de gado numa área que deveria

ser floresta, à disposição do uso das famílias de extrativistas e de toda a sociedade. A agência Repórter Brasil, em trabalho de jornalismo investigativo, apurou que “quase a metade (11 dos 25) deputados estaduais que aprovaram o projeto por unanimidade são pecuaristas ou foram financiados por criadores de gado” (REPÓRTER BRASIL, 2021). O projeto de lei foi declarado inconstitucional pelo Ministério Público de Rondônia e foi arquivado.

Isto posto, ficou melhor evidenciado que se trata de grupos economicamente poderosos interessados na área da reserva. Servidores da Sedam assim como outros conhecedores da problemática como especialistas em meio ambiente que trabalham em ONGs me informam que há juízes de direito usando as terras da Resex para criação de gado. Isso dá ideia da correlação de forças em jogo, com pouca ou nenhuma possibilidade para a causa do seringueiro.

Os donos de rebanho que estão dentro da Resex contam com o devido suporte da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. Esta agência é responsável pela vacinação do gado e não há qualquer tipo de sanção aos que mantêm o gado em áreas de reserva. Inclusive já houve vacinação de gado dentro da reserva. A legalização da área ocupada é uma formalidade que estes produtores apenas aguardam, visto que não há nenhum tipo de limite estabelecido para o desmonte da proteção e garantias aos povos da floresta.

A Agência Idaron justifica a vacinação pela necessidade de manter o rebanho de Rondônia livre da febre aftosa e garantir assim o mercado porém é impossível não questionar sobre a atuação de uma instituição pública em uma área ilegalmente ocupada. O Idaron também emite as GTAs, guias de transporte animal, que garantem a movimentação dos animais para os locais de abate. O Idaron não se sente impelido em emitir qualquer juízo de valor no que se refere a sua contribuição para a manutenção e expansão de devastação ambiental de uma área protegida. Ou que deveria ser protegida. Em entrevista concedida, o presidente do Idaron, Júlio Cesar Rocha Peres, afirmou que “não é competência do órgão agir sobre questões ambientais e fundiárias” e também que “nós precisamos ter conhecimento de origem

e movimentação do gado independente da questão da regularidade fundiária ou ambiental, ou qualquer que seja a outra esfera”⁵.

Analisando o “estudo ambiental”

O que é então a documentação informada no início do texto? A que ela se propõe e a que projeto se integra? As perguntas começam a parecer mediante o “surgimento” dessa documentação, no decorrer de conversas que fiz com colegas pesquisadores do Grupo de Pesquisa ao qual faço parte, Territorialidades e Imaginários na Amazônia, da Unir-Universidade Federal de Rondônia. Junto a agentes públicos e ativistas de organizações não governamentais, debatíamos a respeito de questões socioambientais ligadas diretamente à minha pesquisa de doutorado, ainda em curso. Um dos servidores da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental do Rondônia - SEDAM, forneceu cópia do “Estudo Ambiental sobre o espaço territorial e componentes da Reserva Extrativista – RESEX Jaci-Paraná” desde que não revelássemos seu nome.

Tentando compreender exatamente em que contexto esse estudo ambiental se aplicaria, fui questionar à secretaria de desenvolvimento ambiental do estado de Rondônia. O contato com esta instituição é muito complicado e mesmo acionando os canais de ouvidoria não obtive resposta. Então parti para o contato com alguns servidores que preferiram falar comigo sem identificação. Um destes servidores me informou que os estudos chegaram a ser protocolados junto à secretaria, porém não foram aceitos para fins de composição de estudos técnicos que embasem uma desafetação da área. Ainda não consegui acessar essa documentação, ao menos verificar como ocorreu o trâmite desse protocolo na SEDAM mas como mencionei, a comunicação com a sociedade parece não ser uma prioridade.

Como os estudos foram protocolados pelo advogado da Associação de Minas Novas, penso que deve apresentar juntamente um texto argumentativo que embasa legalmente a entrada dessa documentação no processo de desafetação da RESEX,

⁵ As falas do superintendente da Idaron estão disponíveis na reportagem: <https://infoamazonia.org/2022/01/13/governo-de-rondonia-mantem-vacinacao-e-controle-de-gado-ilegal-em-area-protegida-da-amazonia/>

atuando como lastro para a ação ilegal dos grileiros e do Estado também. Porém, como já informei, ainda não consegui acesso ao processo que corre da SEDAM⁶.

Outro caminho que tentei foi entrar em contato com a Associação de Produtores de Minas Novas (ASPOMIN). Inicialmente o presidente da associação demonstrou uma certa cautela que interpretei como desconfiança, me indicando conversar com o advogado da associação. Fiz o contato e estabelecemos algumas conversas, o que abriu caminhos para o meu acesso à Associação. No entanto, o senhor Amilton, não conseguiu, ou não quis responder às minhas perguntas referentes aos estudos ambientais protocolados na SEDAM, sendo bastante evasivo e não esclarecendo o propósito de um investimento tão vultoso em estudos que não foram aceitos como condicionante para a alteração da área da reserva extrativista.

Voltando ao documento de interesse nesse artigo, os estudos encaminhados à SEDAM, observa-se que é extenso, composto de três volumes: Volume I - Caracterização da RESEX Jaci-Paraná, Volume II - Diagnóstico Ambiental e Volume III - Análise dos Impactos Ambientais, Cenários Prospectivos e Conclusão. O primeiro volume é composto de 61 folhas, o segundo 219 folhas e o terceiro 83, percebi que ele foi executado por uma empresa especializada “Ambiente Gaia”, instalada na Bahia. A empresa em sua página portfólio exhibe experiência com diversas empresas de setores que necessitam fazer estudos ambientais, visando a instalação e funcionamento de suas atividades. Dentre elas empresas de mineração, construção civil, geradoras de energia.

O estudo encomendado pelos “produtores rurais”⁷ aparece assim descrito no portfólio:

ASPRUMIN⁸ – RONDÔNIA

Elaboração de Estudo Ambiental com equipe multidisciplinar sobre a RESEX Jaci-Paraná situada nos municípios de Buritis, Porto Velho e Nova Mamoré com a conclusão final de extinção da RESEX, através de levantamentos em campo e a confecção de mapas com imagens

⁶ Após quatro meses de tentativas consegui acesso ao processo de desafetação da resex mencionado no texto e realmente os estudos ambientais da empresa contratada pela Aspromin não são considerados nos autos.

⁷ Escolhi deixar este termo entre aspas para evidenciar o caráter ilegal das atividades destas pessoas. Pequenos agricultores bem intencionados não teriam aporte financeiro para custear os estudos ambientais empreendidos pela empresa Ambiente Gaia.

⁸ O nome está grafado errado no portfólio da empresa.

de satélite recentes de toda região com a demonstração da antropização local, presença de diversas propriedades produtivas, famílias e ambientes modificados descaracterizando a finalidade RESEX.(<https://www.ambientegaia.com.br/cases/>)



Figura 1: Capa do Volume I dos Estudos Ambientais.

Os estudos ambientais comumente são acionados para embasar empreendimentos que alteram de alguma forma o entorno de sua instalação e funcionamento. Esses estudos permitem ações empresariais, cumprindo estágios do licenciamento e precisam indicar de que forma danos e perdas socioambientais do “entorno” do empreendimento empresarial serão mitigados, contornados ou ressarcidos com medidas compensatórias para a sociedade. Populações atingidas por obras de grande porte ou vizinhas de vastas monoculturas vem denunciando como os

estudos ambientais de licenciamento funcionam como um estágio pro forma, atendendo a legislação ambiental vigente, porém na prática não atuam como mecanismo de resguardo ou garantias futuras para os atingidos.

Deparar-me com um estudo ambiental que visa “comprovar” a antropização de uma área que foi destinada para preservação ambiental e garantia de atendimento da comunidade extrativista que depende para seu viver diretamente dessa área, foi surpreendente. Se a proposta desse tipo de estudo não é enclausurar os danos em uma roupagem de legalidade e atendimento às normas eu estava olhando para um estudo que parecia criar suas próprias regras, selando a verdade com os relatórios dos especialistas.

Outra perspectiva, que está relacionado a ideia anterior é a explicitação de que área invadida e grilada deve ser qualificada, classificada como um espaço destinado à empreendimentos de ordem produtiva, uma área voltada ao agronegócio e que agora pretende se ajustar às normatizações legais e normas ambientais. Os produtores são investidores, que visam garantir a legitimidade e lisura de suas atividades.

O espanto também deu sentido a procura pelo valor etnográfico desse documento, que ao menos até o momento, não foi aceito por nenhuma instituição do Estado. Os papéis não receberam a outorga de validade promovida com algum ato do Estado, porém não se deve ignorar a eficácia simbólica que esse conjunto de relatórios elaborados por especialistas propõem-se a encerrar. Os “documentos não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações” (FERREIRA, LOWENKRON, p. 9, 2020)

Dessa maneira, penso que o conjunto de estudos ambientais encomendado pela Associação de criadores de gado instalados dentro da resex conforma não somente um compilado de informações que transmitem diagnósticos a respeito do espaço estudado, mas sua elaboração por encomenda imprimem a tentativa de impor uma certa moralidade nas atividades econômicas praticadas ilegalmente.

Em sua etnografia dos processos de licenciamento ambiental, Bronz (2016) explica que há uma série de comportamentos e diretrizes empresariais investidas em justificar as intervenções dos grandes empreendimentos nos territórios, atribuindo

aspectos moralizantes às intervenções empresariais, sendo uma delas, a crença/discurso de que os empreendimentos visam o desenvolvimento, ou seja, o bem comum de toda a sociedade.

Bronz, por sua vez, tem como base as construções teóricas de dois outros pesquisadores, Boltanski e Chiapello (2009), que no livro “O novo espírito do Capitalismo” expuseram resultados de sua pesquisa envolvendo pessoal que compõe as diretorias de grandes empresas multinacionais. Esses autores buscaram responder como a crítica ao capitalismo foi neutralizada, de forma que o caminho permanecesse aberto para sua perpetuação e intensificação. Em suas palavras:

Procuramos, por um lado, descrever uma conjuntura única, na qual o capitalismo pôde livrar-se de certo número de entraves ligados a seu modo de acumulação anterior e às reivindicações de justiça que provocara e, por outro lado, (...) estabelecer um modelo da mudança de valores da qual dependem ao mesmo tempo o sucesso e o caráter tolerável do capitalismo, pretendendo uma validade mais geral (BOLTANSKI e CHIAPELLO, p. 29-30, 2009).

Os autores desenvolvem a ideia de que a expansão do capital necessita de frequentes "ajustamentos". Esses ajustamentos são responsáveis pela própria manutenção do sistema capitalista e ancoram-se em respostas às críticas que vão socialmente sendo construídas. São as críticas que recebe, as responsáveis pela resposta e adaptação do sistema capitalista para continuar sendo validado e reproduzido (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Para o ingresso no capitalismo, o engajamento em um sistema “em muitos aspectos absurdo”, que não faz sentido, são necessárias “justificações” que tornem o empreendimento desejável. Para Boltanski e Chiapello (2009) a acumulação capitalista, para acontecer, requer o engajamento de todos os envolvidos, tanto dos exploradores como dos explorados. No entanto, poucos têm reais chances de serem bem-sucedidos devido a esse engajamento, gerando inclusive sentimentos de aversão em relação ao sistema. Os autores também argumentam que a intensidade de engajamento no processo de acumulação não depende apenas dos ganhos econômicos mas também das vantagens que podem surtir efeito benéfico coletivamente.

(...) sob muitos aspectos, é um sistema absurdo: os assalariados perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação. Quanto aos capitalistas, estão presos a um processo infundável e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação de necessidades de consumo, mesmo que supérfluas (BOLTANSKI e CHIAPELLO, p. 38, 2009).

O engajamento no capitalismo deve atender a uma série de justificações morais. Nesta perspectiva, a questão do dano ambiental provocado pela intensificação industrial, devastação florestal, poluição expoente, irrupção de epidemias e pandemias, entraria em uma lista de "fatores negativos" para o engajamento, pois as práticas capitalistas estariam contribuindo para a destruição do planeta.

A moralidade então, seria o resultado das justificações, garantindo assim que não haja algum tipo de sensibilidade conflitante quando algum tipo de ação é questionada pelos críticos. No caso da pesquisa de Bronz as críticas são voltadas as atividades empresariais de grande porte, que trazem consequências ambientais e sociais para as áreas onde se instalam e para tanto, precisam cumprir com os regramentos do licenciamento ambiental.

À medida em que o sistema absorve críticas, essas críticas retornam transformadas, atuando como agentes moralizadores das práticas no sistema capitalista. São justificações que permitem que os indivíduos envolvidos em atividades que podem trazer grandes danos ambientais, por exemplo, encontrem sentido em suas atividades, na medida em que estão em curso programas adequados para mitigar danos às populações e territórios afetados por um grande empreendimento.

No caso do documento abordado nessa comunicação, a ASPROMIN juntamente com seu advogado, não se trata de uma comprovação de cumprimento com as normativas do licenciamento ambiental visto que a própria existência do documento é uma declaração de atividades ilegais. Como exponho em seguida, a proposta da ASPROMIN em formalizar em um conjunto de estudos ambientais é uma ação que busca além da normalização, a moralização das práticas de invasão das Unidades de Conservação.

Um comportamento que já percebido por diversos interlocutores que trabalham no campo socioambiental dão conta da seguinte sequência de atividades relacionadas às ações de grilagem em Rondônia: a "incorporação de áreas para o uso do capital

agrário-financeiro, pois já é perceptível que sua apropriação pelos agentes territoriais tende a seguir um padrão, sendo primeiramente a exploração madeireira, seguida da pecuária, para posterior atividade de monocultura” (SANTANA, 2020).

Ao observar as diversas partes do estudo, nos deparamos com famílias que ocupam as terras da RESEX já completamente transformada em pasto, no entanto, não há qualquer informação de como aquelas pessoas chegaram ali ou como adquiriram a propriedade. Uma observação que posso fazer é que ao conversar com técnicos da sedam, me foi informado que ao terem seus nomes cadastrado e seus locais de posse ilegal documentado, as famílias, sentem-se de alguma forma contemplada com alguma segurança jurídica. Eu observei também que em audiência pública, quando podem ter a palavra, os ocupantes das áreas protegidas sentem que estão de alguma forma se adequando na legalidade por terem sido de alguma forma identificados pelo poder público com algum tipo de estudo.

O estudo da Ambiente Gaia fotografou algumas fazendas e entrevistou os moradores que residem nas mesmas. Justamente famílias, que visualmente podem corroborar a mensagem que se trata de um espaço que está sendo destinado à agricultura familiar, o que não é verdadeiro. As famílias são muitas vezes convencidas a ocupar de forma irregular a área com promessa de regularização da terra e estimuladas a permanecer por grandes proprietários, que na verdade visam adquirir também aquelas áreas. Em sua dissertação, Santana (2020) chegou a localizar, mediante imagens de satélites, a presença de pista de pouso de aeronaves em uma fazenda. Esse tipo de benfeitoria não faz parte do inventário de informações elencado nos estudos.

Pará além do conteúdo do estudo da Ambiente Gaia, penso que há uma aposta por parte da associação ASPRMINUN na própria performatividade desse tipo de documento, baseada nas atribuições positivas relacionadas aos estudos quando associados ao licenciamento ambiental. Nesse caso, empreendedores usam os estudos para garantir a legitimidade e indicam a seriedade com que as etapas do processo de licenciamento ambiental ocorrem. Um estudo para comprovar a antropização da resex Jaci-Paraná então transforma a sequência de atos criminosos de grilagem, planejados, em um fenômeno “ambiental”, um processo dotado de

moralidade que agora deve ser regulamentado para a maior redução de riscos possível.

Agroestratégias e moralidade da grilagem

Para o agronegócio há uma quantidade significativa de terras imobilizadas para a produção de commodities na medida em que são ocupadas tradicionalmente por populações de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, diversas denominações desses grupos que reivindicam identidades específicas e não acionam a ocupação territorial como mercadoria. Esses grupos sociais mobilizam territórios condicionando-os ao uso compartilhado para a produção e garantia de sustento material e cultural.

As agroestratégias estão implicadas na produção de discursos diferenciados, produzidos por imprensa de grande alcance, especializada ou não e que legitimam e invocam os entendimentos sobre as extensas áreas de terra que estariam sendo “desperdiçadas”, na medida em que não são utilizadas para a produção de soja ou gado por exemplo. Também envolvem a produção e estruturação de organizações jurídico-formais de ações empreendedoras, na forma de possibilitar a alteração de normativas que impedem o livre acesso aos territórios (ALMEIDA, 2008).

As agroestratégias estão amalgamadas num leque de conflitos ambientais pois enquanto houver terra a ser privatizada, os investidores terão interesse na expansão pelos territórios comunais. Os conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004) constituem-se de uma disputa entre grupos socialmente e culturalmente distintos, que se apropriam tanto material como simbolicamente do território de forma diferenciada. Nestes termos, o grupo de maior poder (econômico, político, simbólico) impede a continuidade das formas de viver do que sai derrotado nessas disputas desiguais. O capital simbólico (BOURDIEU, 2007), no contexto destas disputas, seria a capacidade de legitimar determinado tipo de apropriação do meio ambiente.

No caso da Resex Jaci-Paraná as agroestratégias estão desdobradas nas atividades políticas, nos discursos colonizadores que se sobrepõem em força sobre os discursos dos povos tradicionais. Percebe-se a alta adesão dos cidadãos de Rondônia ao governo atual de Marcos Rocha em âmbito estadual e seu alinhamento integral à pauta de destruição do governo federal de Jair Bolsonaro (vide Projeto de

Lei (PL) 2.633/2020, conhecido como “PL da Grilagem” e ações voltadas para o enfraquecimento de políticas de controle e preservação do meio ambiente).

Quanto à produção do documento que são os tomos do estudo de desafetação da Resex Jaci-Paraná, a performance destes papeis sugiro estar atrelada à moralização das agroestratégias manejadas em torno da ocupação deste território. Como ocupantes ilegais, alguns produtores visam criar uma gradação das categorias da grilagem pois os que encomendaram os estudos visam constituir uma imagem de “produtores do desenvolvimento”.

Ao conversar com o advogado da ASPROMIN, quando comentando sobre os estudos ambientais, o mesmo afirmou que as pessoas que fazem parte dessa associação não se alinham ao “crime organizado” e que este grupo é o que estaria ameaçando a vida dos extrativista e tirando os moradores a força de suas casas. Essa fala me indica que pode haver alguma necessidade simbólica de constituir a categoria de “grileiro do bem”. Um grupo que visa transformar as áreas em território produtivo do Agro, levando a bandeira do desenvolvimento.

Até o momento, não foi possível acessar o protocolo de recebimento dos estudos ambientais na SEDAM, o que traria mais informações acerca dos interesses que perpassam esta documentação e de certa maneira, tornaria mais evidente os sentidos que a ASPROMIN que atribuir a estes estudos, mas isso de forma alguma impede a problematização destes volumes de conhecimentos técnicos, formulados por empresa de experiência no ramo.

Voltando à proposta da etnografia de documentos: pensar a existência e produção desses estudos ambientais não concentrando esforços interpretativos exclusivamente naquilo que transmitem em seu conteúdo, mas também no que diz a própria constituição desse tipo de papeis, fornece diversos caminhos. Porém, me parece que o fio conector, nas diversas redes de relações entre os sujeitos que pagaram os estudos, os sujeitos que aparecem nos mesmos e os sujeitos que foram suprimidos em suas páginas, é a tentativa de normalizar e moralizar a grilagem nas áreas protegidas.

Como agroestratégia, a composição de um robusto estudo poderia atender a necessidade que os produtores rurais tem de afirmar sua “boa vontade” perante a sociedade, visibilizando seus esforços para regulamentar suas atividades. O que

nunca é trazido à tona explicitamente é como aquele espaço de reserva extrativista tão facilmente foi transformado em pasto. Além disso, no campo simbólico, é preciso construir camadas de justificações para que não se questione o motivo de o gado ter um valor moral mais elevado do que as pessoas.

Considerações

A atuação das agroestratégias não se limitam à dimensão jurídica e a imposições de cunho econômico a partir de grupos de força no congresso e a partir de lobbys bem organizados. Os meios simbólicos também se impõem em vista de constituir e reafirmar o imaginário do Agro como única forma viável de acesso a terra e alcance de algum status de “desenvolvimento”.

Ao analisarmos um documento, buscamos as relações sociais as quais foram impostas ao mesmo assim como as relações sociais que um documento pode conformar entre pessoas e instituições. Por isso coube pensar etnograficamente os papéis que normalmente estariam inseridos em uma cadeia burocrática.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais a atualidade do objeto. In Conflitos Ambientais no Brasil. Henri Acselrad (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fundação Heinrich Böll, 2004.

AGABEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BEZERRA, Gustavo Neves. As ordens de justificação nos conflitos ambientais do Estado do Rio de Janeiro. Revista Rio de Janeiro, n. 16-17, maio-dez. 2005

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. O novo espírito do Capitalismo. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRONZ, Deborah. Nos bastidores do Licenciamento Ambiental. Rio de Janeiro: Conta Capa, 2016.

FERREIRA, Letícia. LOWENKRON, Laura. Orgs. Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

MALHEIRO, Bruno. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. MICHELOTTI, Fernando. Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo. 1.ed. - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

SANTANA, Ravele da Silva. A destruição de um território: o caso da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Rondônia. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho – RO, 2020.

Páginas da internet consultadas

AMBIENTE GAIA, site da empresa de Consultoria.

<https://www.ambientegaia.com.br/cases/>, consulta em 08/04/2022;

Fábio Pontes. Rondônia aprova lei que reduz áreas preservadas e favorece grilagem. Amazônia Real, ODS 14, ODS 15. Publicada em 3 de maio de 2021 - 13:16. Atualizada em 7 de maio de 2021 - 20:13. Disponível em <https://projetocolabora.com.br/ods14/rondonia-aprova-lei-que-reduz-areas-preservadas-e-favorece-grilagem/>. Consulta em 07/04/2022.

SOBRE A AUTORA

Paula Stoleran Araujo

Técnica em Assuntos Educacionais da UNIR; Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFAM. Correio eletrônico: paulastoleran.ps@gmail.com

Recebido em: 06 de setembro de 2022
Aprovado em: (15 de novembro de 2022)
Publicado em: (27 de dezembro de 2022)